

Reflexões sobre a cultura prisional: análise das experiências de um projeto de extensão de remição pela leitura¹

Reflections on prison culture: an analysis of the experiences of a sentence reduction through reading extension project

Reflexiones sobre la cultura carcelaria: análisis de las experiencias de un proyecto de extensión de remisión por la lectura

Pedro de Miranda Cozac²

Resumo

O estudo analisa as experiências do projeto de extensão “Lendo a Liberdade”, promovido pelo Grupo Cárcere, Expressão e Liberdade da Universidade Estadual Paulista (UNESP), que utiliza a leitura como ferramenta para a remição de pena e a transformação social no contexto prisional. Com o objetivo de explorar criticamente as dinâmicas de poder, a violência simbólica e os obstáculos estruturais presentes no sistema prisional brasileiro, o projeto busca promover um espaço educativo onde os indivíduos encarcerados possam expressar-se e refletir sobre questões sociais e pessoais. A pesquisa adota uma metodologia qualitativa baseada em observação participante e estudo de caso. Esse enfoque permite uma compreensão aprofundada das interações entre reeducandos e educadores e dos efeitos das atividades educativas. Dados foram coletados por meio de relatórios e anotações de campo, possibilitando uma análise crítica sobre a realidade das prisões e os desafios impostos ao desenvolvimento pessoal dos participantes. Os resultados indicam que, apesar dos desafios institucionais e estruturais, como a falta de recursos e a resistência dos agentes penitenciários, o projeto tem um impacto positivo significativo. Ele promove o desenvolvimento da expressão escrita, a organização das ideias e o fortalecimento da identidade dos participantes, que relatam sentir-se valorizados e motivados. Contudo, a eficácia do projeto é limitada pela rotatividade dos participantes e pelas barreiras institucionais, evidenciando a necessidade de uma reavaliação das políticas públicas que envolvem a educação prisional para assegurar a continuidade e o pleno potencial de iniciativas educativas.

Palavras-Chave: remição de pena; literatura; prisão; extensão universitária.

Resumen

El estudio analiza las experiencias del proyecto de extensión "Leyendo la Libertad", promovido por el Grupo Cárcel, Expresión y Libertad de la Universidad Estatal Paulista (UNESP), que utiliza la lectura como herramienta para la remisión de pena y la transformación social en el contexto carcelario. Con el objetivo de explorar críticamente las dinámicas de poder, la violencia simbólica y los obstáculos estructurales presentes en el sistema penitenciario brasileño, el proyecto busca crear un espacio educativo donde los individuos encarcerados puedan expresarse y reflexionar sobre cuestiones sociales y personales. La investigación adopta una metodología cualitativa basada en la observación participante y el estudio de caso. Este enfoque permite una comprensión profunda de las interacciones entre reclusos y educadores y de los efectos de las actividades educativas. Los datos se recopilaron a través de informes y notas de campo, lo que permite un análisis crítico de la realidad de las

¹ Artigo apresentado no X Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e IX Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares, na modalidade online, 2024.

² Graduando em Direito na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP); Franca, São Paulo, Brasil; pedro.cozac@unesp.br.

prisiones y de los desafíos que plantea al desarrollo personal de los participantes. Los resultados indican que, a pesar de los desafíos institucionales y estructurales, como la falta de recursos y la resistencia del personal penitenciario, el proyecto tiene un impacto positivo significativo. Promueve el desarrollo de la expresión escrita, la organización de ideas y el fortalecimiento de la identidad de los participantes, quienes afirman sentirse valorados y motivados. Sin embargo, la eficacia del proyecto se ve limitada por la rotación de los participantes y por barreras institucionales, lo que pone de relieve la necesidad de una reevaluación de las políticas públicas relacionadas con la educación en prisiones para asegurar la continuidad y el pleno potencial de las iniciativas educativas.

Palabras-clave: remisión de pena; literatura; prisión; extensión universitaria.

Abstract

The study analyzes the experiences of the extension project "Reading Freedom," promoted by the Group Prison, Expression, and Freedom of São Paulo State University (UNESP), which uses reading as a tool for sentence reduction and social transformation in the prison context. Aiming to critically explore the dynamics of power, symbolic violence, and structural obstacles present in the Brazilian prison system, the project seeks to create an educational space where incarcerated individuals can express themselves and reflect on social and personal issues. The research adopts a qualitative methodology based on participant observation and case study. This approach allows for a deeper understanding of the interactions between inmates and educators and the effects of educational activities. Data were collected through reports and field notes, enabling a critical analysis of prison realities and the challenges posed to participants' personal development. The results indicate that, despite institutional and structural challenges, such as lack of resources and resistance from prison staff, the project has a significant positive impact. It promotes the development of written expression, the organization of ideas, and the strengthening of participants' identities, who report feeling valued and motivated. However, the project's effectiveness is limited by the turnover of participants and institutional barriers, highlighting the need to reassess public policies involving prison education to ensure the continuity and full potential of educational initiatives.

Keywords: sentence reduction; literature; prison; university extension.

1. Introdução

O sistema prisional brasileiro enfrenta desafios profundos que vão além da simples aplicação da pena. Nesse contexto, o Grupo “Cárcere, Expressão e Liberdade”, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEX) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), tem se destacado por sua atuação contínua em estabelecimentos prisionais desde 2001. Com uma abordagem “na prisão e contra ela” (BRAGA, 2010) o grupo busca contestar as noções tradicionais associadas à punição e à hierarquia entre a sociedade e o sistema carcerário.

A formalização, em janeiro de 2024, de um Termo de Cooperação Técnica entre a FUNAP e a UNESP, resultou na criação do projeto "Clube de Leitura Cárcere, Expressão e Liberdade". Este projeto integra o Programa de Incentivo à Leitura "Lendo a Liberdade" (PROLLIB) e visa promover práticas sociais educativas por meio da leitura de obras literárias, contribuindo para a formação e ressocialização de indivíduos privados de liberdade em São Paulo. O projeto é composto por um ciclo de leitura que envolve três encontros mensais, e ao

fim de cada um são produzidas resenhas pelos participantes, que são corrigidas pela equipe de extensão e devolvidas à Administração Penitenciária, que encaminha ao Juízo de Execução para fins de remição da pena, consistindo em uma atividade de caráter pedagógico e desencarcerador.

Entre março e outubro de 2024, o Clube de Leitura conduziu ciclos de leitura de sete obras literárias, promovendo discussões sobre temas sociais e realizando atividades didáticas diversas. Além da promoção da leitura, o projeto permitiu a construção de um diálogo entre o campo acadêmico e as realidades do encarceramento, contribuindo para a transformação social e uma compreensão mais profunda das vivências dos indivíduos privados de liberdade.

Durante esses encontros, as análises realizadas a partir das experiências do grupo de extensão proporcionaram um estudo crítico sobre as práticas educacionais dentro do sistema carcerário, avaliando as incidências da cultura punitivista presente na instituição prisional na realização das atividades educacionais. Ao explorar as relações entre educação, identidade e práticas sociais dentro do cárcere, é possível questionar as concepções tradicionais sobre o encarceramento e compreender as relações culturais e dinâmicas de poder vigentes nas prisões.

2. Objetivos

Este estudo busca examinar o impacto do projeto de extensão “Lendo a Liberdade”, desenvolvido pelo Grupo Cárcere, Expressão e Liberdade da Universidade Estadual Paulista (UNESP), investigando as dinâmicas de poder e os efeitos da violência simbólica e estrutural no contexto prisional. O projeto visa desnaturalizar e ressignificar as concepções tradicionais do ambiente prisional, ao explorar criticamente as lógicas de repressão e exclusão percebidas durante a promoção de atividades de caráter educativo.

Além disso, pretende investigar os obstáculos colocados pelo sistema punitivo e pelos agentes de controle, que frequentemente operam a partir de uma lógica cultural que reproduz estigmas e preconceitos. Dessa forma, o projeto permite que se ampliem as análises sobre as relações de poder e os impactos sociais e psicológicos gerados pelo ambiente prisional. Tais análises, fundamentadas na interseção entre educação e práticas culturais, desafiam as normas estabelecidas e revelam a capacidade formadora de atividades que interligam leitura e reflexão crítica.

Este estudo, assim, tem como objetivo contribuir para o campo dos Estudos Culturais em Educação, demonstrando como as formas de interação e subjetivação podem ser percebidas através de práticas educacionais dentro do cárcere. Ademais, o trabalho visa a compreensão profunda sobre as complexas dinâmicas entre identidade, poder e práticas sociais no contexto prisional, a partir das experiências na Penitenciária de Franca. Com isso, o trabalho propõe analisar como a prática educacional revela problemáticas sistêmicas das instituições prisionais, proporcionando uma visão ampla e integrada dos sujeitos e suas formações no mundo social.

3. Metodologia

A metodologia utilizada no trabalho baseou-se na observação participante, que permitiu ao pesquisador imergir no ambiente prisional e participar ativamente das atividades do grupo, buscando compreender as dinâmicas sociais e as interações entre os reeducandos e os extensionistas. Essa abordagem qualitativa possibilitou a coleta de dados significativos sobre o comportamento humano e as experiências dos participantes, permitindo uma análise crítica das interações e das obras lidas

Além da observação participante, foi adotado o estudo de caso, que se concentrou na análise detalhada do projeto de extensão universitária, utilizando relatórios e anotações realizadas durante os encontros literários. A interpretação dos dados foi conduzida de forma qualitativa, buscando identificar padrões e relações causais, além de propor análises fundamentadas nos dados coletados. Essa combinação permitiu um entendimento amplo e contextualizado do fenômeno investigado, considerando as complexidades éticas e práticas inerentes à pesquisa em ambientes prisionais.

4. Desenvolvimento

4.1. Entraves ao projeto de remição pela leitura

As experiências do grupo de extensão foram marcadas por uma série de desafios estruturais que dificultam a implementação eficaz de iniciativas educacionais nas penitenciárias. Um dos principais problemas identificados é a infraestrutura precária das unidades prisionais, que limita o acesso a materiais didáticos e a um ambiente propício para a realização das atividades educacionais. De acordo com o levantamento do Infopen (2023),

apenas 15,76% da população encarcerada no Brasil tem acesso a salas de aula, o que evidencia a escassez de recursos educacionais disponíveis. Essa realidade é sintoma do descrédito da equipe penitenciária em relação à educação dos internos, considerando-a um aspecto secundário dentro do sistema prisional .

Outro entrave significativo é a alta rotatividade dos participantes nos projetos de remição pela leitura, que se deve a questões administrativas e judiciais, como transferências entre unidades prisionais e progressões de regime . Durante a pesquisa, foi observado que, em um ciclo de leitura, dos 19 participantes iniciais, apenas 13 se mantiveram para a leitura da segunda obra, e a evasão de leitores foi uma constante ao longo do projeto . Essa rotatividade dificulta a construção de vínculos entre os participantes e o desenvolvimento de um ambiente de aprendizado coeso e colaborativo, essencial para a troca de experiências e a construção de uma identidade coletiva .

Outrossim, a resistência dos agentes penitenciários em relação à presença de educadores e voluntários no ambiente prisional é um fator que compromete a execução dos projetos. Em diversas ocasiões, o grupo CEL enfrentou dificuldades para acessar as áreas educacionais da penitenciária, com atrasos injustificados e medidas de segurança atípicas imotivadas. Como apontam Santos et al. (2024, p. 165), a convicção de que o sentenciado não é digno de assistência, somada ao receio de que as atividades educacionais possam comprometer a segurança, leva muitos agentes a negligenciar ou desvalorizar a importância dessas ações. A postura da gestão penitenciária cria um clima de tensão entre educadores e agentes, mas também reflete uma visão institucional que considera a educação como uma ameaça à segurança, em vez de uma oportunidade de reintegração social.

4.2. As relações familiares e os vasos comunicantes

Durante os encontros realizados ao longo do projeto de remição, um dos temas frequentemente abordados nas discussões sobre as obras literárias foi a família, destacando a relevância da presença familiar no contexto prisional. As relações familiares desempenham um papel crucial no contexto prisional, funcionando como vasos comunicantes que conectam os internos ao mundo exterior. Godoi (2015) descreve esses meios de comunicação como essenciais, pois permitem que os presos mantenham laços afetivos com seus familiares, mesmo diante das barreiras impostas pelo sistema penitenciário.

As visitas, cartas e telefonemas são formas de contato que, embora permeadas por dificuldades, são fundamentais para a manutenção da identidade e dignidade dos indivíduos encarcerados. Entretanto, as visitas familiares enfrentam diversos entraves, desde a distância geográfica até os procedimentos rigorosos de controle nas penitenciárias. Godoi (2013, p. 04) aponta que a configuração espacial das prisões e a distribuição dos internos são regidas por critérios técnicos e administrativos, sem considerar a proximidade familiar, o que dificulta ainda mais o contato entre os presos e seus familiares. Além disso, a experiência de visitação é frequentemente marcada por constrangimentos legais, como revistas vexatórias e longas esperas, que podem desestimular os familiares a manterem o contato. Essa realidade evidencia a necessidade de uma reavaliação das políticas de visitação, que deveriam priorizar o bem-estar emocional dos internos e de suas famílias.

A importância da manutenção dos laços afetivos é reforçada pela percepção dos internos sobre o impacto positivo que esses relacionamentos têm em suas vidas. Durante os encontros do projeto, os participantes frequentemente mencionaram que a presença do grupo CEL era como uma visita familiar, proporcionando um espaço de acolhimento e escuta. As dinâmicas foram apontada pelos internos como amenizadora da sensação de isolamento, e as análises revelaram que os encontros também contribuem para a construção de uma identidade mais forte e resiliente entre os reeducandos, que se sentem valorizados e ouvidos em um ambiente que muitas vezes os desumaniza.

4.3. A violência estrutural nas relações entre agentes e reeducandos

A pesquisa analisou a violência estrutural nas relações entre agentes penitenciários e reeducandos, compreendendo como essa dinâmica se manifesta no cotidiano prisional. A atuação do grupo CEL na Penitenciária de Franca revelou a presença de violências simbólicas e físicas, que se materializam nas interações entre os agentes e os internos, marcada por uma descrença na eficácia das atividades educacionais, o que contribui para um ambiente hostil e indiferente às mudanças propostas. Essa posição é prejudicial ao desenvolvimento de ações voltadas para a reintegração social, pois os agentes, ao desvalorizar a importância das práticas educativas, perpetuam uma cultura de controle e opressão.

Como sugerido por Chauvenet, Orlic e Benguigui (1994, p. 36), muitos agentes consideram a ressocialização uma utopia inalcançável, um ideal impraticável no contexto

prisional. A dinâmica hierárquica entre agentes e detentos é construída com base na negação do reconhecimento dos presos como cidadãos, o que resulta em uma constante vigilância e punição em caso de descumprimento das normas institucionais .

A violência estrutural se manifesta também na forma como os internos são tratados como meros números, desprovidos de identidade e dignidade. Os relatos dos participantes do projeto indicam que, em muitas situações, os reeducandos são referidos de maneira desumanizadora, como "esse preso" ou "um número", o que reforça a ideia de subalternidade e inferioridade. Na materialização desses mecanismos de controle, Foucault (1991, p. 71) a lógica prisional converte cada preso em um objeto passível de controle, identificação, quantificação e localização, estando constantemente à disposição dos mecanismos e rituais disciplinares. Essa desumanização é um reflexo das práticas institucionais que visam manter o controle excessivo sobre a vida cotidiana dos detentos, transformando-os em objetos passíveis de vigilância e disciplina.

4.4. A perpetuação do estigma do criminoso

A perpetuação do estigma do criminoso é um fenômeno complexo que se inicia desde o momento em que a conduta desviante é descoberta e se estende até o cumprimento da pena. A criminologia crítica aponta que a estigmatização é influenciada por fatores sociais, como classe, gênero e raça, e é executada pelos agentes de controle social que identificam o transgressor com base em características pessoais, criando uma seleção discriminatória . Essa construção do estigma é particularmente evidente no sistema carcerário brasileiro, onde cerca de 70% da população encarcerada é composta por indivíduos negros, refletindo um racismo estrutural que permeia as práticas de encarceramento . O Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE) revelou que 83% dos presos injustamente reconhecidos no Brasil são negros, corroborando a ideia de que o racismo institucional e estrutural contribui para a criminalização e encarceramento desproporcional de grupos marginalizados .

Além da questão racial, através de uma perspectiva mais ampla ao analisarmos a seleção da população criminosa sob a ótica macrossociológica das interações e das relações de poder entre os grupos sociais, percebe-se a relação entre a distribuição desigual de recursos e oportunidades entre os indivíduos e o fenômeno do encarceramento em massa. A partir dessa

abordagem, compreende-se como a população carcerária nos países capitalistas, é majoritariamente composta por membros da classe trabalhadora e das camadas economicamente mais vulneráveis (Baratta, 2002, p. 106).

Nesse contexto, Davis (2018, p. 70) concluiu que o funcionamento do sistema prisional “depende de estruturas racistas e continua a provê-las, mesmo que seus defensores afirmam categoricamente que ele é neutro no que diz respeito a raça”. A neutralidade do processo punitivo brasileiro foi questionada por um dos leitores, durante o debate sobre a impunidade de crimes cometidos durante a guerra Irã-Iraque, plano de fundo histórico da obra Persépolis, ao comentar sobre a disputa sem fim existente entre a polícia e a criminalidade. Um dos leitores se aprofundou, dizendo que na favela existe uma grande opressão diante do crime organizado e a violência policial. Outro leitor disse sobre a seletividade da justiça, que o sistema escolhe quem vai punir.

A reflexão do leitor sobre a seletividade do sistema penal, ao apontar que o sistema escolhe quem vai ser punido, é uma dimensão da necropolítica contra os grupos marginalizados que são o enfoque das políticas de encarceramento. Achille Mbembe (2018, p. 05) apresenta a necropolítica como a expressão da soberania e capacidade de ditar quem deve viver e quem deve morrer, ou seja, é o poder social de determinar quais vidas valem mais do que outras. No Brasil, é possível analisar a necropolítica materializada no racismo estrutural que prescinde a estigmatização do delinquente e, consequentemente, o aprisionamento excessivo de corpos negros, retirando de circulação os destoantes da sociedade e isolando-os em um local distante para evitar a responsabilidade de refletir sobre as problemáticas que permeiam

Outrossim, a vivência do estigma se intensifica após o cumprimento da pena, quando os indivíduos são rotulados como ex-presidiários ou ex-criminosos, estigmas que se tornam parte de sua identidade social. Braga (2008) argumenta que o termo "criminoso" não se refere apenas à prática de um ato ilícito, mas se transforma em um estigma que acompanha o indivíduo indefinidamente. Essa adesão da culpa, conforme Zehr (2008, 66), se torna uma característica permanente do indivíduo, dificultando sua reintegração social e perpetuando a marginalização. A segregação e o preconceito enfrentados pelos ex-presidiários dificultam sua reintegração na sociedade, tendo um impacto na sua identidade real, fazendo com que eles incorporem a identidade negativa atribuída a eles, ao se perceberem sem uma rede de apoio e oportunidades na saída do cárcere.

Sendo assim, apesar das contribuições significativas da literatura para a construção de um espaço pedagógico no cárcere, o sistema prisional ainda se apresenta como um ambiente opressivo, diante das relações hierárquicas e violências sistêmicas. O projeto “Lendo a Liberdade” busca criar espaços que subvertem a lógica prisional, permitindo que os internos desenvolvam pensamento crítico e preservem suas identidades através da leitura e do diálogo. No entanto, a estrutura do cárcere, que controla rigidamente as ações cotidianas dos internos, retira autonomia e causa a fragilização de suas identidades, um fenômeno que Braga (2008, p.45) descreve como “infantilização do indivíduo”.

Essa dinâmica revela que, mesmo em ambientes educacionais, os reeducandos permanecem sujeitos a um sistema que impõe violências e privações de direitos, limitando a eficácia de iniciativas que visam à ressocialização. Assim, mesmo que projetos ofereçam oportunidades de desenvolvimento pessoal e intelectual, as condições estruturais do sistema prisional limitam seu potencial transformador.

5. Resultados

Os resultados da pesquisa indicam que, apesar dos desafios enfrentados, o projeto "Lendo a Liberdade" tem um impacto positivo significativo na vida dos participantes. A participação ativa nos ciclos de leitura contribuiu para o desenvolvimento da escrita e da organização das ideias, permitindo que os reeducandos se expressassem de maneira mais articulada e confiante. Os relatos dos participantes mostram que a leitura proporciona a remição de pena e promove um ambiente de aprendizado e crescimento pessoal, onde os indivíduos podem explorar novas perspectivas e desenvolver um senso de identidade como leitores. Nesse sentido,

A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade. (HOOKS, 2013, p. 273)

Entretanto, os resultados também evidenciam que a eficácia do projeto é limitada pela resistência institucional e pela falta de recursos adequados. A escassez de profissionais qualificados e a infraestrutura inadequada dificultam a implementação de atividades

educacionais de forma consistente e eficaz. Ademais, a rotatividade dos participantes e a resistência dos agentes penitenciários em relação à educação revelam a necessidade de uma reavaliação das políticas públicas voltadas para a educação no sistema prisional.

Apesar dos desafios enfrentados, a pesquisa revela que a leitura e a participação em atividades educacionais podem contribuir significativamente para a reintegração social dos indivíduos encarcerados, promovendo a dignidade e a autonomia que são frequentemente negadas dentro do sistema prisional.

Porém, para que iniciativas como essa alcancem seu pleno potencial, é fundamental que haja um compromisso mais amplo por parte do Estado e da sociedade civil em garantir condições adequadas para a educação no sistema prisional, efetivando o direito à assistência educacional no ambiente prisional como um direito inalienável e um mecanismo de transformação social.

Além disso, a pesquisa revelou que a participação em projetos de remição, embora desejada pelos reeducandos, é frequentemente vista como uma atividade secundária dentro do sistema penitenciário, o que contribui para a desvalorização da educação como um direito fundamental.

Outrossim, os relatos dos leitores indicam que as relações familiares são fundamentais para a saúde emocional e psicológica dos indivíduos encarcerados. A manutenção do contato com os familiares, seja por meio de visitas ou correspondências, representa uma fonte de motivação e esperança, ajudando a atenuar as sensações de isolamento e alienação. Os participantes do projeto relataram que, apesar das dificuldades enfrentadas, o amor e o apoio familiar são essenciais para sua resiliência e para a manutenção de sua identidade durante o encarceramento.

Outrossim, a troca de cartas e a realização de visitas, mesmo que permeadas por barreiras, demonstram o compromisso das famílias em manter os laços afetivos com os internos. Os relatos dos participantes evidenciam que, mesmo diante das dificuldades, muitos familiares não desistem de seus entes encarcerados, reforçando a ideia de que o amor pode superar os obstáculos impostos pelo sistema prisional. Essa constatação é corroborada por estudos que mostram que a presença e o apoio da família são determinantes para a reintegração social dos egressos, contribuindo para a redução da reincidência criminal.

Por fim, a análise das dinâmicas familiares no contexto prisional revela a necessidade de políticas públicas que promovam a humanização das relações entre os internos e seus

familiares. A promoção de um ambiente que facilite o contato e a comunicação entre os presos e seus entes queridos é essencial para garantir a dignidade e a saúde mental dos indivíduos encarcerados, além de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Ademais, constatou-se que a violência estrutural nas relações entre agentes e reeducandos tem um impacto significativo na experiência dos internos dentro do sistema prisional. A presença de agentes que não acreditam na ressocialização e que perpetuam uma cultura de desconfiança e controle contribui para um ambiente hostil, em que os reeducandos são desvalorizados e desumanizados, contribuindo para a desumanização dos internos, além de limitar as oportunidades de desenvolvimento pessoal e educacional, uma vez que a desvalorização das atividades educativas é uma constante no cotidiano prisional.

Não obstante, a análise das interações entre os internos e os agentes penitenciários revela que a manutenção do controle e a imposição de disciplina são características centrais do sistema prisional, que se traduzem em práticas de vigilância excessiva e punição. Durante a execução do projeto, restou evidente que, mesmo em ambientes educacionais, os reeducandos estão sujeitos a essa lógica de controle, o que dificulta a construção de um espaço de aprendizado seguro e acolhedor. A ausência de tratamento humanizado e condições dignas aos internos, somada à perpetuação de estigmas e as escassas oportunidades de emprego a egressos do sistema, contribuem para a manutenção de um ciclo de violência e exclusão, refletido nas elevadas taxas de reincidência criminal.

Ainda, as informações analisadas a partir dos encontros do grupo CEL evidenciam que, apesar das possibilidades de humanização e transformação através de projetos educacionais como o clube de leitura, os limites impostos pela violência estrutural do sistema prisional dificultam a efetivação dessas mudanças. Nesse contexto, destaca-se a necessidade de uma reavaliação das práticas institucionais e da formação dos agentes penitenciários, pois a crença na capacidade de ressocialização dos detentos é fundamental para a construção de um ambiente que favoreça a dignidade e a autonomia dos indivíduos encarcerados.

Os resultados da pesquisa indicam que a perpetuação do estigma do criminoso tem consequências diretas na vida dos egressos do sistema prisional. A discriminação e o preconceito enfrentados por aqueles que cumpriram pena dificultam sua reintegração social, levando muitos a se sentirem vulneráveis e sem oportunidades. Rossi e Turella (2026) destacam que o estigma do ex-presidiário e a falta de credibilidade na reintegração social são

fatores que contribuem para a reincidência criminal, uma vez que a exclusão social e a ausência de oportunidades levam os indivíduos a reproduzirem condutas criminosas. A pesquisa também revela que a segregação social e a discriminação são barreiras significativas que impedem a aceitação e reinserção dos ex-presidiários, resultando em um ciclo de marginalização que perpetua a criminalidade.

Além disso, a análise dos dados coletados durante os encontros do grupo CEL mostra que a vivência do estigma é uma experiência comum entre os participantes, que frequentemente relatam dificuldades em encontrar emprego e reintegrar-se à sociedade devido ao rótulo de "criminoso" que os acompanha. Essa realidade evidencia a necessidade de políticas públicas que abordem a questão do estigma e promovam a inclusão social dos egressos, reconhecendo seu potencial de transformação e reintegração. Portanto, a perpetuação do estigma do criminoso incide negativamente sobre a vida dos indivíduos, contribuindo para a manutenção de um sistema que falha em oferecer oportunidades reais de mudança e reintegração social.

Dessa forma, os limites percebidos na efetivação do projeto de remição pela leitura indicam que, embora haja impactos positivos na vida dos reeducandos, as condições do sistema prisional frequentemente inibem a eficácia dessas iniciativas. Essa realidade evidencia que, para que projetos educacionais como “Lendo a Liberdade” alcancem seu pleno potencial, é necessário um compromisso mais amplo por parte do Estado e da sociedade civil em garantir condições adequadas para a educação no sistema prisional, além de mudanças estruturais na cultura prisional e a maneira como são reproduzidas violências sistêmicas nesse ambiente. Portanto, o projeto de remição pela leitura proporcionou compreensão profunda sobre a realidade prisional e as dificuldades vividas pelos reeducandos, além de evidenciar a necessidade de uma reavaliação das políticas públicas que regem o sistema prisional, visando à construção de um ambiente que valorize a assistência educacional e favoreça a dignidade dos indivíduos privados de liberdade.

6. Conclusões

As conclusões deste estudo destacam que atividades educacionais no contexto prisional, quando aliadas à análise crítica das dinâmicas sociais e de poder, permitem uma compreensão mais aprofundada sobre a complexa cultura carcerária. Através de projetos de

remição de pena pela leitura, observa-se que o ambiente prisional, marcado por controle e resistência, condiciona as experiências de aprendizado e autonomia dos internos. Nesse cenário, as atividades educacionais revelam as relações de poder em ação, evidenciando o papel da educação como um mecanismo de oposição às normativas institucionais opressoras que permeiam o cotidiano dos encarcerados, sendo constantemente dificultado pelas políticas prisionais.

Assim, a cultura prisional, marcada pelas práticas disciplinadoras punitivas, é permeada por vários entraves para a eficácia dos projetos de assistência educacional. As próprias estruturas e normas da prisão frequentemente desincentivam a adesão e o engajamento dos detentos nesses projetos, perpetuando uma lógica de desumanização sem espaço para o desenvolvimento intelectual. Nesse sentido, as estruturas do cárcere criam uma resistência à introdução de práticas educativas, reduzindo a capacidade desses projetos de oferecer autonomia e transformação pessoal genuína aos indivíduos, demonstrando as contradições entre o objetivo ressocializador da pena e a realidade vivenciada no sistema prisional.

Dessa forma, os dados analisados sinalizam a necessidade de uma reestruturação significativa na abordagem educacional e na gestão carcerária, de modo que as atividades de assistência educacional possam realmente cumprir seu propósito transformador. Para que projetos como o "Lendo a Liberdade" consigam impactar efetivamente os indivíduos, é fundamental que ocorram mudanças nas práticas institucionais, incluindo a valorização da educação como ferramenta de ressocialização e autonomia. Para que a educação no sistema prisional se aproxime da função social da pena, as dinâmicas prisionais devem garantir um espaço propício ao desenvolvimento intelectual e pessoal, para que a privação de liberdade transcenda o caráter punitivista, promovendo a assistência educacional e reintegração social.

Referências

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. Tradução Juarez Cirino dos Santos. 3.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p. 106.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. **A identidade do Preso e as Leis do Cárcere**. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, 2008.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Na prisão e contra ela: recusa e resistência. **Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária**, v. 22, Brasília, p. 259-270, 2010.

CHAUVENET, Antoinette; ORLIC, Françoise e BENGUIGUI, Georges. *Monde des Surveillants de Prison*. Paris: Press Universitaires de France PUP, 1994.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** 1ª Ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução: Lígia M. P. Vassalo. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

GODOI, Rafael. **Nem dentro, nem fora: a logística da visitação em penitenciárias do Oeste Paulista**. Setembro, 2013.

GODOI, Rafael. Vasos comunicantes, fluxos penitenciários: entre dentro e fora das prisões de São Paulo. Vivência: **Revista de Antropologia**, n. 46, p. 131-142, São Paulo, 2015.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2013.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Rio de Janeiro: n-1 edições 2018.

ROSSI, Carolina; TURELLA, Rogério. O Mito da Ressocialização: A Prisão e Seu Estigma. **Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça**, v. 3, n. 3, 2016.

SANTOS, Hugo Leonardo Rodrigues; DANTAS, Ana Cecília de Moraes e Silva; WANDERLEY, Viviane da Silva; ARAÚJO, Mayara Steffany da Silva. Leitura e liberdade: práticas extensionistas junto ao Programa de Remição pela Leitura no Presídio Feminino de Alagoas. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)**, ISSN 2448-3303, 2024.

ZEHR, Howard. **Trocando as Lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça**. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008.